

Superávit primário chega a US\$ 5 bi

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, anunciou ontem, durante o 11º Seminário Regional de Política Fiscal, em Brasília, que o governo central, que inclui Tesouro, Banco Central e Previdência, fechou 1998 com superávit primário de US\$ 5 bilhões. Essa meta estava prevista no programa de estabilidade fiscal.

Parente disse que está seguro de que, em 1999, serão cumpridas as metas fiscais, que prevêm um superávit de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) para o governo central e de 2,6% para o setor público como um todo. O secretário fez um relato sobre os programas da economia brasileira nos últimos seis anos. Segundo ele, até 1993, o Brasil vivia com problema de inflação crônica. Com a queda da inflação, foi possível identificar o real problema da economia brasileira, que é o fiscal.

"Temos problemas graves, relativos à inflexibilidade do orçamento e impossibilidade de remanejamento entre as rubricas", disse. Segundo ele, do orçamento total, o governo pode realizar cortes em apenas 25% das despesas. O restante é vinculado a pagamento de pessoal, previdência e transferências constitucionais.

Pessoal

Outro problema grave é a questão de pessoal. Segundo ele, há governos estaduais em que a folha tinha um crescimento vegetativo de 2% a 3%, que foram reduzidos a 1% ao mês. Esse crescimento

se refere a despesas com promoções, contagem por tempo de serviço, direitos líquidos e certos, que fizeram com que a conta tivesse crescimento astronômico.

No caso da previdência, ele mostrou que o déficit, que em 98 foi de US\$ 7 bilhões, deverá ser reduzido nos próximos anos com a reforma. No caso do setor público, o déficit é de cerca de US\$ 40 bilhões. É sobre esse setor que recai a preocupação do governo. Para 98, o governo espera cumprir um esforço fiscal de US\$ 28 bilhões. Grande parte desse esforço deve ser atingido com as medidas que estão quase aprovadas pelo Congresso, como a contribuição dos inativos e CPMF.

Sem alternativa

O secretário executivo disse que não existe alternativa ao programa de estabilidade fiscal. "O programa de estabilidade fiscal precisa ser aprovado e implementado, independentemente de qualquer outro aspecto macroeconômico", disse. O secretário disse ainda que nenhuma outra medida poderia ser considerada alternativa ao programa de estabilidade fiscal. "E se alguma coisa será necessária, será, antes de tudo, o seu reforço, e não o seu atenuamento", afirmou.

Pedro Parente disse que, após a adoção do câmbio flutuante, em que o valor da moeda está sendo fixado pelas forças de mercado, as políticas monetária e fiscal tornaram-se as principais âncoras contra a inflação. Parente considerou que o Seminário Regional de Política Fiscal, que reúne especialistas em finanças públicas de diversos países, como um importante fórum de debate para auxiliar na discussão sobre o momento que o País atravessa.



PEDRO Parente: metas do ajuste fiscal serão cumpridas